

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE RAFFESTIN

Dalvani Fernandes *

RESUMO

Nossa intenção com esse ensaio é elaborar uma reflexão sobre as concepções de território e territorialidade propostas pelo geógrafo Claude Raffestin. Na sequência, utilizamos os conceitos de território e territorialidade em uma tentativa de leitura de nosso objeto de pesquisa, no caso, os jovens que participam da Igreja Assembleia de Deus, na cidade de Guarapuava/PR. Abordaremos aqui questões ligadas a essa discussão como a conexão da territorialidade com a identidade e os múltiplos territórios presentes na cidade possuidora de um espaço fragmentado.

Palavras-chave: *Identidade. Juventude. Religião. Territorialidade, Território.*

TERRITORIO Y TERRITORIALIDAD: ALGUNAS CONTRIBUCIONES DE RAFFESTIN

59

RESUMEN

Nuestra intención con este ensayo es elaborar una reflexión sobre las concepciones de territorio y territorialidad propuestas por el geógrafo Claude Raffestin. A la secuencia, utilizamos ambos conceptos – de territorio y territorialidad – en una tentativa de lectura de nuestro objeto de investigación, en el caso los jóvenes que participan de la Iglesia Asamblea de Dios, de la ciudad de Guarapuava/Paraná/Brasil. Abordaremos aquí cuestiones ligadas a esa discusión como la conexión de la territorialidad con la identidad y los múltiples territorios presentes en la ciudad poseedora de un espacio fragmentado.

Palabras clave: *Identidad. Juventud. Religión. Territorialidad. Territorio.*

* Graduado com Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná/Brasil; Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná/Brasil (UFPA) e bolsista do programa REUNI(UFPA).

TERRITORY AND TERRITORIALITY: SOME CONTRIBUTIONS OF RAFFESTIN

ABSTRACT

Our intention with this essay is to elaborate a reflection on the territory and territoriality conceptions proposed by the geographer Claude Raffestin. In the sequence, we use the territory and territoriality concepts in an attempt of reading our object of research, in the case the youths that participate in the Church Assembly of God, in the city of Guarapuava/Paraná/Brasil. We will approach questions linked to this discussion as the connection between territoriality and identity; and the multiple territories of the city, that presents a fragmented space.

Key words: Identity. Youth. Religion. Territoriality. Territory.

1. TERRITÓRIO: METAMORFOSES

60

“Todo conceito tem uma história, seus elementos e metamorfoses; tem interações entre seus componentes e com outros conceitos; tem um caráter processual e relacional num único movimento do pensamento, com superações; as mudanças significam, ao mesmo tempo, continuidades, ou seja, dê-s-continuidades (descontinuidade-continuidade-descontinuidade), num único movimento; o novo contém pois o velho e este, aquele” (SAQUET, 2007, p.13).

Conceito tem época, é mutável, possui atributos, é um recurso. Assim como os conceitos, uma teoria nunca expressa o “real” – o real é complexo, não é apreendido através de uma única dimensão –; por essa razão fazemos confusões ao trabalhar com teorias e conceitos. Território é um conceito complexo, substantivado por vários elementos e em unidade com o real, o mundo da vida.

O conceito de território tem uma história. Para a Geografia, suas raízes estão nas obras *Antropogeografia* (1882) e *Geografia Política* (1897) do geógrafo alemão Friederich Ratzel. Inspiradas no determinismo, no romantismo alemão e no imperialismo do final do século XIX, a Geografia

de Ratzel forja uma consciência nacional e estabelece a necessidade de um “espaço vital”, espaço necessário para o desenvolvimento e o progresso de uma nação, tendo em mente que as formas de sobrevivência são limitadas e daí a busca por anexação de novos territórios.

Fundamentado na relação de poder, território era entendido como expressão legal e moral do Estado, refletido na conjunção do solo e do povo. Sua territorialidade estaria associada a identidades (nacionais) específicas. Essa posição do conceito remete a uma concepção de poder unidimensional, o Estado é o único detentor do poder; sendo assim, presume-se que não haveria conflitos ou tensões dentro do território, pois não existiriam outras relações de poder possíveis. Assim a geografia, no séculos XIX e XX, foi uma geografia do Estado, marcada por uma política unidimensional, que se negou a ver no fato político nada mais que uma expressão do Estado (Galvão et al., 2009).

Foi a partir da década de 1970, sobretudo, que os debates sobre novas concepções de território e territorialidade emergiram na geografia “especialmente, devido às transformações que ocorreram na sociedade em função das novas formas de organização sócioespacial que delimitam, agenciam, controlam pessoas, informações, fluxos, fenômenos e ideias” (Plein et al., 2009, p.47). É nesse viés que surgem diferentes enfoques para os conceitos de território e territorialidade. Propomos, com esse texto, destacar a abordagem proposta por Claude Raffestin em sua obra *Por uma Geografia do Poder*, publicado originalmente em 1980, traduzido para o português em 1993.

61

2. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DE RAFFESTIN

De acordo com Saquet (2007), Claude Raffestin faz parte da escola francesa, juntamente com G. Deleuze e F. Guatarri, M. Foucault e H. Lefebvre, que participaram igualmente da renovação da abordagem geográfica e territorial. Ao verificar algumas tendências (ênfases) para o conceito de território pensado a partir de 1950, principalmente na década de 1970, Saquet (2007) classifica Raffestin dentre os autores que fazem uma “discussão teórico-metodológica” sobre o território e que buscam a “compreensão da dimensão geopolítica do espaço”.

Raffestin (1993) critica a geografia política clássica proposta por Ratzel, pela sua postura unidimensional, onde o Estado é o único detentor do poder. Para o autor, o Estado detém o poder superior, havendo outros inferiores que interagem com ele, pois há poder político desde o momento em que uma organização luta contra a desordem (Galvão et al., 2009).

Fundamentado em M. Foucault, o autor entende poder como multidimensional, e essa postura incentiva um olhar para as relações quotidianas, para as relações de poder em todas as escalas, dentro e fora do território nacional. Tal postura resulta em uma abordagem relacional do território, formado por relações de poder multidimensionais. Na problemática relacional, o poder está no centro da análise, “o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (Raffestin, 1993, p.7).

62 A problemática relacional proposta por Raffestin (1993) está fundamentada numa geografia triangular – querer existir, saber existir, poder existir – , mostra-se diferente da “problemática morfofuncional”, isto é, querer ver, saber ver, poder ver. Dessa forma, a problemática relacional “causa inquietações sociais, uma “participação crítica”, e não somente de testemunha, utilizando uma concepção de projeto e não de objeto como argumentam Galvão et al.(2009, p.35).

A questão do poder nessa perspectiva relacional é complexa. Para Raffestin (1993), existe o poder e o Poder:

O Poder – com letra maiúscula – é a soberania do Estado, são fins que garantem a sujeição dos cidadãos ao Estado. Pretender que o poder seja o Estado disfarça o poder – com letra minúscula – aquele que está presente em cada relação, na curva de cada ação, que utiliza as fissuras sociais para se infiltrar. Porém, é mais influente o poder que não se pode ver, que se manifesta em cada comunicação entre dois pólos, fazendo face ou confrontando-se um ao outro (GALVÃO *et al*, 2009, p.39).

O resultado dessa compreensão é a quebra do paradigma ratzeliano, em que a análise territorial volta-se apenas para o Estado, marginalizando outras organizações dotadas de poder político. Raffestin (1993) já argumentava que, para a geografia política clássica, o Estado é uma

organização como qualquer outra, no entanto, está investido de um peso enorme.

Para articular e exercer sua dominação, o Estado recorta o espaço em malhas, pois busca encontrar a malha mais adequada, mas não se pode perder de vista que ele não é a única organização a construir territórios e produzir “malhas”. Ao mesmo tempo, outras organizações – como uma rede de mercados (econômica) ou de igrejas (simbólica) – também canalizam, bloqueiam, domesticam, introduzem redes, malhas, “criam um espaço de visibilidade no qual o poder vê, sem ser visto” (Raffestin, 1993, p.39).

Concordando com Galvão *et al.* (2009), entendemos que, para Raffestin (1993), o território também pode ser abstrato, podendo haver contradições internas. Desigualdades, disputas e sobreposições de territórios podem ocorrer, pois há a possibilidade da leitura de territórios em rede. A territorialidade é formada pelas relações sociais (existenciais e de produção) que se estabelecem no interior dos territórios.

Territorialidade humana é um tema marginal na geografia e está se tornando “um paradigma que provavelmente irá exigir diversas disciplinas a se repensar”, afirmava Raffestin (1987, p.263). O conceito de territorialidade foi usado inicialmente com um sentido etológico, demarcação de territórios de animais. Durante muito tempo, houve uma transferência analógica desse conceito para as ciências humanas, resultando em uma experiência “perigosa e esterilizante”. O autor *op.cit* propõe uma “territorialidade humana”, afirmando que o ser humano “é um animal semiológico cuja territorialidade é condicionada por linguagens, códigos e sistemas de sinais. O procedimento do homem, de alguma forma, está na ‘constituição lingüística do mundo’ (1987, p. 264).

Raffestin (1987) argumenta, ainda, que os naturalistas não levam em conta apenas o espaço em que o animal não pode escapar; já o homem, por sua vez, pode escapar da cultura que é uma série de atos de comunicação. Nesse sentido, a territorialidade humana pode ser definida como “o conjunto das relações mantidas pelo homem; como ele pertence a uma sociedade, com exterioridade e alteridade através de mediadores ou instrumentos” (p.267).

Raffestin (1987) aponta que os modelos de territorialidade animal são, certamente, interessantes, porém, precisam ser colocados em uma posição hierarquicamente inferior à da territorialidade humana em termos de complexidade, o que se justifica, pois os naturalistas não consideram a dimensão semiológica inscrita para a classe de instrumentos. Para ele “a territorialidade humana não é apenas constituída por relações com os territórios, mas também através de relações concretas com áreas abstratas, tais como línguas, religiões, tecnologias” (p.267)

64

O autor (op.cit.), elaborou um sistema territorial, composto de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente, permitindo o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, delimitando, assim, campos de ações (de poder) nas práticas espaciais que constituem o território. As malhas são heterogêneas, interligadas, possuem elementos que as complementam: pontos, nós, aglomerações de indivíduos ou grupos. Os nós são interdependentes, podem se relacionar e comunicar-se, assim, o conceito de rede é chave na sua leitura. Para ele “a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o ‘instrumento’ por excelência do poder” (Raffestin, 1993, p.204). É a partir desse sistema que a territorialidade humana acontece e ganha complexidade.

Outra importante contribuição da obra de Raffestin é o desenvolvimento da ideia do processo TDR (Territorialização-desterritorialização-reterritorialização). Segundo o autor, esse processo ocorre, principalmente, devido a fatores econômicos. Em linhas gerais, territorialização implicaria um conjunto codificado de relações, enquanto que a desterritorialização seria, antes de mais nada, o abandono do território, podendo também ser interpretada como a extinção dos limites, das fronteiras. Reterritorialização seria o retorno ao território, podendo ocorrer sobre qualquer coisa, do espaço ao dinheiro (Saquet, 2007).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A TERRITORIALIDADE JUVENIL ASSEMBLEIANA

Em nossa proposta de pesquisa de mestrado propomo-nos estudar a juventude evangélica pentecostal que participa da igreja Assembleia de Deus, na cidade de Guarapuava/PR. Procuramos entender como ela constrói

sua territorialidade pelo espaço urbano, tendo como referência a religião.

Quanto maior a cidade, mais complexas e múltiplas são as práticas sociais e os processos de identificação. Os grupos e/ou classes sociais segregam-se cada vez mais, produzindo lugares específicos para tipos específicos de convivência, tornando o espaço urbano cada vez mais fragmentado (Costa, 2008). Tanto as práticas capitalistas, quanto as culturais, tendem a formar espaços de segregação e apropriação espacial. Costa acredita que não há mais território urbano, o que impera na cidade são múltiplos territórios, tanto no plano socioeconômico, quanto no plano das representações sociais.

É por essa razão que entendemos ser preciosa a contribuição de Raffestin (1993) ao propor um sistema territorial que se articula em malhas, redes e nós. Acreditamos que o território-rede analisado em diferentes escalas, possibilita-nos uma leitura mais aproximada do espaço vivido pelos jovens, formado pelo seu cotidiano, por microterritórios e multiterritorialidades.

O conceito de território facilita a leitura do nosso objeto de pesquisa uma vez que privilegia as relações sociais, as redes, a cultura, o cotidiano. Segundo Raffestin (1993, p.143), “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço”. Para Costa (2008, p.181), nessa afirmação, “está clara a proposição da ênfase relacional ao território, à possibilidade de percebê-lo como dinâmico e não estático, uma vez que pontua o processo de territorialização.”

65

A questão de identidade e território estão conectadas, isso posto que há uma dimensão espacial em ambos, pois a identidade implica referentes sem os quais não poderia ser definida: o tempo, o espaço, a cultura e os sistemas de crença, “o sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade” (Clavall, 1999, p.16).

Nessa perspectiva, identidade e território, enquanto construções culturais, podem ser colocados em questão e, por vezes, o são. Clavall (1999, p.16) esclarece que

há crises identitárias que provocam frequentemente uma modificação da relação com o espaço: as transformações da realidade espacial correm

o risco de provocar, ao contrário, um questionamento das construções identitárias; elas devem ser reformuladas ou reconstruídas sobre novas bases .

A partir dessas reflexões, levantamos a hipótese de que os/as jovens assembleianos/as constituem, no bairro, um micro-território-rede, formado pelas casas dos assembleianos/as e pela igreja. Na escala da cidade temos também territórios-rede que articulam os vários templos dispersos pelos bairros. A territorialidade evangélica envolve a articulação e o trânsito nessas várias escalas. Mas, como são territórios-rede, encontramos superposições diversas ao território da igreja. Nos interstícios desse território, o mundo espreita e mostra para o/a assembleiano/a outras conexões possíveis, e esse/a procura participar de lugares que podem ser frequentados sem entrar em choque com sua crença, onde acredita estar longe do pecado e da morte. Em lugares onde isso não é possível, o próprio corpo (no sentido das ações e visual) pode tornar-se o território, marcando uma distinção entre o sagrado e o profano. Para Claval (1999), as identidades têm por finalidade procurar estabelecer uma ordem no que é percebido como o caos.

66

Nesse cenário, as identidades que se buscam promover exigem territorialidades contínuas e absolutas:

Não se tratar simplesmente de se afirmar; o objetivo é o de fugir do contágio dos modos de pensamento que se condena, do efeito arrebatador de comportamento e atitudes que reprovam moralmente, e da poluição à qual nos expomos ao permanecermos em ambientes impuros (Claval, 1999, p.22).

Pensar em um território na escala corpo nos levou à ideia de “fronteira do sagrado”. Ela se constituiria de práticas sociais a partir de escolhas do cotidiano: por exemplo, o que ver, ouvir, vestir, aonde ir e com quem estar. Essas atitudes marcariam uma alteridade (“nós”/igreja, “eles”/mundo) em relação a outros grupos sociais, fundando assim uma identidade particular para esse grupo. O “mundo” para o assembleiano/a é entendido como um “caminho largo” onde o inimigo tenta enganar os fiéis. Largo porque é de fácil acesso, tem-se muitas opções para chegar até ele, não tem leis/limites. A igreja é o oposto, um “caminho estreito”,

difícil de percorrer, é preciso seguir leis/limites, manter uma postura de retidão para segui-lo. O “desvio”, também um termo espacial, é usado para se referir àqueles crentes que deixaram o caminho estreito e foram para o mundo.

Essa mudança de trajetória pode refletir ainda uma mudança de trajetos na cidade, indicando conexão com a outra rede social e territorial. Os “caminhos do mundo” têm locais bem delimitados na cidade, como: clubes noturnos, bares, esquinas, espaços que representam o oposto do sagrado. É nesse ponto que justificamos nosso olhar para a juventude da igreja, pois acreditamos ser essa a categoria mais propícia ao desvio. Isto se deve ao fato dos jovens serem os mais vulneráveis “aos apelos do mundo”, terem diante de si uma gama imensa de possibilidades de escolhas de diferentes culturas juvenis, ligadas ao consumo, lazer e diversão. Além disso, sua maior mobilidade, frequentando outros espaços e redes sociais, como a escola, que não são necessariamente sagrados, permite fazer novas conexões com outros territórios, novas identidades, formando, assim, pontos de tensão.

Esse olhar do geógrafo permite contribuir para um melhor entendimento da relação da sociedade com seu espaço, flexibiliza a noção do conceito de território, privilegia o cotidiano das pessoas que “vivem e consomem” a cidade. Território, nesse sentido, é uma ferramenta conceitual para entendermos as relações de poder que se projetam no espaço em todos os níveis e escalas possíveis.

67

Referências

- Clavall, P. (1999). O território na transição da pós-modernidade. *Geographia*, 1, (2), 7-26.
- Costa, B. P. da. (2008). Microterritorializações urbanas: análise das microapropriações espaciais de agregados sociais de indivíduos same sex oriented em Porto Alegre/RS. In: Heidrich, A. L. *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. Canoas: Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Galvão, A.R.G. et al. (2009). O Território e a Territorialidade: contribuições

de Claude Raffestin In Saquet, M.A.; Souza, E.B.C. de. (Orgs.) *Leituras do conceito de território e de processos espaciais* (pp.33-46), São Paulo: Expressão Popular.

Plein, I.T.T. et al. (2009). Território e territorialidade na perspectiva de Robert David Sack In: Saquet, M.A.; Souza, E.B.C. de. (Orgs.) *Leituras do conceito de território e de processos espaciais* (pp.47-66), São Paulo: Expressão Popular.

Raffestin, C. (1987). Repères pour une théorie de la territorialité humaine. *Cahier/Groupe Réseaux*, (7), 263-279.

Raffestin, C. (1993). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.

Saquet, M. A. (2007). *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular.